

Sociedade em

Debate

O periódico SOCIEDADE EM DEBATE é uma publicação semestral do Mestrado em Política Social – Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas.

Os artigos enviados poderão ser publicados, caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. A revisão e as opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores

Publicação semestral - V. 15, N.2 – Julho-Dezembro de 2009 - ISSN 1414-9869

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Chanceler

Dom Jacinto Bergmann

Reitor

Alencar Mello Proença

Vice-Reitor

José Carlos Bachettini Júnior

Pró-Reitora Acadêmica

Myriam Siqueira da Cunha

Pró-Reitor Administrativo

Carlos Ricardo Gass Sinnott

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

Rubens Bellora

Coordenadora do Curso de Serviço Social

Andréa Valente Heidrich

SOCIEDADE EM DEBATE

Comissão Editorial

Vera Maria R. Nogueira - Coordenadora

Andréa Valente Heidrich

Luís Antônio Bogo Chies

Helenara Silveira Fagundes

Jovino Pizzi

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Ana Paula Nedel - Bolsista

Conselho Editorial

Armando Barrientos - Universidade de Sussex

Antonio Carlos M. Cruz - UCPel

Carolina González Laurino - UDELAR

Elaine Rossetti Behring - UERJ

Flávio Heinz - UNISINOS

Gomercindo Ghiggi - UFPEL

Ivanete Boschetti - UnB

Ivete Simionatto - UFSC

Jussara Maria Rosa Mendes - PUCRS

Margarita Rozas Pagaza - UNLP

Maria Carmelita Yazbek - PUCSP

Maria Lucia Barroco - PUCSP

Marina Maciel Abreu - UFMA

Mirta Vuotto - UBA

Mônica De Martino - UDELAR

Potyara Amazoneida P. Pereira - UnB

Regina Célia Mioto - UFSC

Rosa Stein - UnB

Unai Pascual - Universidade de Cambridge

Vicente de Paula Faleiros - UnB

Vini Rabassa da Silva - UCPel

Yolanda Aparecida D. Guerra - UFRJ

Direito reservado para esta edição: Universidade Católica de Pelotas

Produção editorial: Editora EDUCAT/UCPEL

Editoração eletrônica e capa: Ana Gertrudes G. Cardoso

Foto da capa: Paulo Azambuja

Tiragem: 200 exemplares

Aceita Permuta

http://antares.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/

Sociedade em Debate	Pelotas	V.15	N.2	p.1 - 125	Jul.-Dez. 2009
---------------------	---------	------	-----	-----------	----------------

SUMÁRIO

- 7 Projectos educativos conducentes a la autogestión social: un análisis desde la conflictividad y la ética
 Cecilia Aguayo Cuevas
- 21 Política social en Argentina y Chile: concepciones y tendencias
 María Inés Peralta
- 33 El derecho humano a la migración y las ciudadanías interculturales emergentes
 Eduardo J. Vior , Alcira B. Bonilla
- 55 Políticas educacionais e o estado avaliador: uma relação conflitante
 Silvia Cristina Yannoulas, Camila Rosa Fernandes de Souza,
 Samuel Assis
- 69 Terceiro setor e universidade em busca de uma educação sustentável
 Simone Barros de Oliveira, Andréa J. Foresti, Andreza S. Faria,
 Marilize P. Alves, Jairo Araújo Melo
- 77 Incubadoras Universitárias: sua contribuição aos empreendimentos de economia popular solidária
 Caroline Goerk
- 91 A ressocialização como finalidade da prisão: algumas considerações sobre seu significado
 Eliana Ribeiro Faustino, Sandra Regina Abreu Pires
- 111 Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito
 Jane Cruz Prates, Flavio Cruz Prates

Apresentação

Chegamos ao número 40 da Revista Sociedade em Debate. Essa conquista é resultado do trabalho articulado e constante de varias pessoas. De uma equipe, que não sendo a mesma em todo o decorrer dos dezesseis anos de sua existência, manteve a coesão interna e o alinhamento aos objetivos, buscando torná-la um veículo de comunicação sério e comprometido com a emancipação e a justiça social. Mantendo ainda a pluralidade de temas e posicionamentos em relação as políticas sociais, ampliou não apenas o diálogo entre autores, mas incluiu autores ainda não conhecidos. É importante frisar, nesta caminhada, a colaboração séria, competente e sempre presente dos pareceristas de distintas áreas disciplinares, tornando possível garantir a qualidade dos artigos publicados. Estes fatos, aliado ao empenho da Coordenação do Mestrado e da Editora - EDUCAT, favoreceu a continuidade do trabalho, simultaneamente prazeroso e estimulante.

Comemorando esta edição, os artigos apresentados espelham a complexidade da Política Social, que se reflete na diversidade dos temas relacionados à área, recompondo, assim, a multiplicidade de demandas derivadas das contradições da sociedade. Abrangendo tópicos como ética, procedimentos metodológicos, situações emergentes e ações na “ponta do sistema” da proteção social estas produções colocam em cena o exercício da crítica e o arsenal de possibilidades dela derivadas.

O artigo inicial, da professora Cecília Aguayo Cuevas, “Proyectos educativos conducentes a la autogestión social: un análisis desde la conflictividad y la ética”, discute a pertinência de uma ética a ser aplicada no âmbito das ações humanas favorecendo e orientando decisões profissionais em políticas sociais. Contrapõe-se, de forma veemente a racionalidade instrumental derivada das sociedades tecnocientíficas e de componentes valorativos decorrentes de uma apreensão particularista e corporativa das construções teóricas e reconhecidas nas práticas profissionais. Apoia-se em autores reconhecidos como Apel, Cortina e Maliandi, para “comprender la inherente dimensión normativa que contiene la acción humana y social situada en instituciones, para ello deberemos desentrañar la problemática de la razón practica y la función critica que ella tiene frente a las formas de racionalidad predominantes en el ámbito de la acción profesional y en especial en su relación en la construcción e implementación de las políticas sociales”.

A professora María Inés Peralta, em “Política Social en Argentina y Chile: Concepciones y Tendências” evidencia, em seu texto, a concretização de formulações políticas no campo da educação, emprego e habitação, fazendo um balanço analítico sobre os arranjos programáticos e operacionais das proposições colocadas em movimento pelo coletivo profissional na Argentina e Chile. Assinala, inicialmente a análise percuciente das condições em que são produzidas e implementadas as políticas sociais e, na sequencia, partindo desta análise

pensar em “ nuevas condiciones que sean favorecedoras de prácticas emancipatorias y respetuosas de los Derechos Humanos, por encima de los componentes asistencialistas, paternalistas, clientelares, tutelares, patriarcales, normalizadas desde los cuales se gestó la acción social. Por otro lado, me parece fundamental porque propone abrir/sostener/alimentar un espacio en donde quienes intervenimos en la cuestión social, tenemos muchísimo para reflexionar (criticar/nos) y aportar a la elucidación del tema planteado”.

Relacionado com a garantia dos direitos humanos, o artigo dos professores Eduardo Vior e Alcira Bonilha aborda um tema considerado emergente, ou seja, que vem ocupando um lugar privilegiado na agenda política de países avançados – o tema da migração. Embora se manifeste há longo tempo, ocasionam situações perversas, que não se tornam públicas a não ser em casos extremos. O eixo analítico do debate dos professores incide sobre as possibilidades de cidadanias interculturais emergentes, assinalando como o fenômeno da migração, enquanto um direito humano inalienável vem impondo um novo estatuto ao Estado de Direito. A argumentação se “organiza a partir de la justificación del derecho humano a la migración desde una aproximación intercultural a los derechos humanos, siguiendo por el tratamiento de los problemas de legitimidad de los Estados nacionales ante las masivas migraciones internacionales, para presentar luego bajo el título de “ciudadanías interculturales emergentes” una alternativa posible de desarrollo de la democracia en sociedades pluriculturales”. Em suas conclusões propõe algumas linhas de pesquisa para superar “los obstáculos existentes para la participación política de las minorías etnoculturales de origen migratorio y a consolidar el Estado democrático”.

No campo educacional, o instigante texto “Políticas educacionais e o Estado avaliador: uma relação conflitante”, de autoria de Silvia Cristina Yannoulas, Camila Rosa Fernandes de Souza e Samuel Gabriel Assis, relata pesquisa sobre as políticas educacionais e sua relação com o Estado Avaliador. O objetivo foi localizar, comparar e diferenciar a utilização do conceito "Estado Avaliador" na produção científica recente, abordando as áreas da Ciência Política, Serviço Social, Educação e Sociologia. “Como todo balanço ou revisão de literatura, o projeto também objetivou apontar lacunas na reflexão sobre as transformações no Estado e seus impactos nas políticas públicas, especialmente considerando a tensão entre provisão de serviços e avaliação de serviços, bem como a autonomia e a heteronomia das instituições educacionais”. Os surpreendentes resultados do estudo, evidenciando o pouco impacto do papel avaliador do Estado nas produções científicas indica a exigência de estudos abordando aspectos específicos da transformação estatal, ou seja, ampliar o debate sobre “o silenciamento do debate sobre o aumento da característica avaliativa na função dos Estados com relação às políticas públicas”.

Sob outro ângulo das Políticas Sociais, o artigo “Terceiro Setor e Universidade em busca de uma Educação Sustentável”, de autoria de

Simone Barros de Oliveira, Andréa J. Foresti, Andreza S. Faria, Marilize P. Alves e Jairo Araújo Melo trata dos novos arranjos no campo educacional, uma parceria entre uma instituição universitária e outras instituições públicas e privadas relacionando meio ambiente e cidadania. O objetivo “foi atender às demandas da comunidade, localizada no entorno da Uniritter, articulando saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento. O ponto de convergência se evidencia na questão da preservação do ambiente natural como exercício de cidadania. O impacto do trabalho não se restringiu ao conteúdo socioambiental levado às crianças e adolescentes atendidos, mas também se configurou como uma experiência prática dos bolsistas do Programa Comunidades Urbanas, os quais se tornaram multiplicadores da proposta vivenciada em 2008”.

A professora Caroline Goerk discute as incubadoras universitárias e sua contribuição aos empreendimentos de economia popular solidária. No eixo das atuais Políticas de Geração de Trabalho e Renda, seu relato é decorrente de pesquisa destacando o papel dos atores políticos envolvidos com a questão. Concluí que “o governo federal – e os demais setores governamentais – em parceria com as instituições sociais e incubadoras universitárias, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – vinculado à Senaes –, pode potencializar a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma contraditória e incipiente”.

O polêmico tema da ressocialização nas prisões é abordado por Eliana Ribeiro Faustino e Sandra Regina de Abreu Pires, no artigo intitulado “A ressocialização como finalidade da prisão: algumas considerações sobre seu significado”. O texto analisa os significados que o termo ressocialização assume ao longo da história, “majoritariamente pertinentes ao universo da Criminologia Tradicional, e conclui que, apesar das diferentes nuances que assume historicamente, dentro deste universo ele denota essencialmente uma reforma moral do condenado que o habilita a viver na sociedade extramuros em harmonia com os padrões sociais instituídos”. As autoras retomam as teses de Alessandro Baratta, alertando para a exigência de reconstrução do termo ressocialização “sob uma perspectiva crítica, procedimento fundamental à necessária contraposição às concepções conservadoras que ainda se mostram hegemônicas dentro do sistema penal/penitenciário brasileiro”.

Fechando esta edição, Jane Cruz Prates e Flávio Cruz Prates discutem os aspectos metodológicos da análise documental no campo do Serviço Social e do Direito. Partindo da operacionalidade disciplinar das duas áreas, relacionam a importância de diagnósticos consistente e leituras de realidade abrangentes dos documentos. Reiteram a importância de sua apropriação correta por parte dos profissionais pois “expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes

únicas para algumas investigações de extrema relevância, como por exemplo avaliações de políticas e programas sociais.”

Esperamos que os textos contidos nesta edição contribuam para ampliar e qualificar o debate sobre as políticas sociais, colaborando para construir uma sociedade mais justa e radicalmente democrática.

Boa leitura....

Professora Dr^a Vera Maria Ribeiro Nogueira
Coordenadora da Comissão Editorial